

Participação cívica e trajetórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal *Civic participation and associative experiences of immigrant descendants in Portugal*

Rosana Albuquerque*

Resumo Neste artigo apresentam-se resultados de um projecto de investigação sobre a participação associativa de descendentes de imigrantes de origem africana lusófona em Portugal. A partir da recolha de dez histórias de vida, desenvolveu-se um olhar retrospectivo às trajetórias de jovens adultos com funções dirigentes em associações juvenis ou de imigrantes e descendentes. Procurou-se identificar os factores que potenciam a participação associativa e, por outro lado, analisar o papel do associativismo na aquisição de capital social e no impulso de trajetórias de mobilidade social.

Palavras-chave associativismo; capital social; descendentes de imigrantes; mobilidade social; participação cívica.

Abstract This article presents the results of a research project on participation in associations among the descendants of immigrants from Portuguese-speaking African countries in Portugal. The empirical raw material was gathered on the basis of ten life stories in order to retrospectively analyse the associative experiences of young adults assuming leadership positions in youth, immigrant or immigrant descendant associations. The research aims were: to identify the catalysts of associative participation; and to understand the role that participation in associations plays in the acquisition of social capital and in the promotion of social mobility.

Keywords associativism; civic participation; immigrant descendants; social capital; social mobility.

* Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI), Universidade Aberta / Centre for Studies in Migration and Intercultural Relations, Universidade Aberta (rosana@univ-ab.pt)

Participação cívica e trajetórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal

Rosana Albuquerque

1. Introdução

A participação associativa constitui um processo complexo e multidimensional, exigindo-se que no seu estudo se considerem os vários factores condicionantes das dinâmicas de participação, bem como as suas interações. Nesta perspectiva, a pesquisa aqui apresentada tem os seus alicerces teóricos em diferentes modelos explicativos da participação cívica e política, que articulam a análise de factores de natureza estrutural com a análise de factores de natureza individual (Putnam, 2000; Triandafyllidou e Vogel, 2005; Verba, Schlozman e Brady, 1995). Estes autores evidenciam o carácter multidimensional do processo de participação cívica ou política e a interdependência entre aspectos de natureza mais pessoal, inerentes à personalidade e às motivações de cada activista, e oportunidades resultantes dos contextos sociais onde estão inseridos.

Embora nos modelos analíticos referidos se observe uma maior atenção aos factores estruturais, as trajetórias dos e das descendentes permitiram demonstrar que ocorre uma influência significativa e decisiva de factores individuais enquanto catalisadores da participação. As suas trajetórias fazem sobressair aspectos menos valorizados nesses modelos, designadamente o papel desempenhado por qualidades pessoais relacionadas com a auto-confiança, a capacidade de iniciativa, a curiosidade em adquirir novos conhecimentos e em interagir socialmente, a responsabilidade, a consciencialização sobre problemas do meio social, a valorização do activismo cívico como elemento de definição identitária e enquanto projecto significativo nas suas vidas. Estes diferentes atributos articulam-se e reforçam-se mutuamente, explicando a adesão inicial a actividades cívicas. A sua conjugação com condições estruturais – em particular os apoios institucionais e as oportunidades de inserção profissional nas associações – conduzem à sustentabilidade e continuidade dos percursos de participação cívica.

2. Tecendo trajetórias: dos primeiros passos ao compromisso da participação cívica

Os resultados da investigação evidenciaram que as trajetórias associativas se desenrolam mediante um processo gradual e cumulativo de experiências, desencadeado em idades muito jovens com a adesão voluntária a associações ou pela tomada de iniciativa para realizar actividades cívicas em contextos informais, onde os jovens podem ser beneficiários ou mentores ou ainda assumir ambos os papéis. A motivação que emerge das actividades onde participam – sobressaindo o gosto em conviver e interagir inerente às sociabilidades juvenis e à necessidade de resolver problemas dos bairros onde residem e que os afectam directamente – estimula uma participação mais activa e regular, que culmina na assunção de responsabilidades de gestão nas

organizações onde iniciaram a sua colaboração, ou na constituição de associações próprias, de cariz juvenil ou local.

Os relatos dos descendentes activistas permitem identificar diferentes momentos temporais para o início das experiências de activismo, consoante o ano de nascimento e as dinâmicas existentes no seu meio social. Para os que nascem na década de 1970 ou poucos anos antes, o contacto inicial é feito em meados dos anos 1980, quando eram crianças ou adolescentes e beneficiaram das actividades desenvolvidas por associações, se envolveram em dinâmicas em curso na escola ou se dedicaram à realização de iniciativas próprias. Para os que nasceram mais próximo de 1980, é em meados de 1990 que têm início as experiências de voluntariado ou de dinamização de actividades entre os jovens com quem se relacionam, marco temporal que coincide com a entrada na adolescência. De destacar que todos assumiram funções de direcção em idade bastante jovem, na sua maioria quando têm entre 20 a 25 anos e em alguns casos entre os 17 e os 19 anos. É um aspecto que merece particular atenção pela responsabilidade e pelos conhecimentos que a gestão de uma organização implica e que tomaram em mãos sem formação prévia específica para essas funções.

A interpretação dos resultados empíricos conduziu à elaboração de um *sistema de catalisação da participação associativa*. De modo resumido, pode dizer-se que neste sistema assume particular relevância a posse de recursos tais como a disponibilidade de tempo, a oportunidade de inserção profissional nas associações onde colaboram voluntariamente, o bom nível de escolaridade e o apoio de redes sociais. Estes aspectos interligam-se com personalidades que valorizam a interacção social e que revelam atributos como o sentido de responsabilidade, a perseverança e a capacidade de iniciativa e que, por sua vez, estão associados às motivações expressas para aderir a associações e desenvolver projectos associativos de continuidade.

Apresentam-se de seguida os factores facilitadores da participação associativa.

Tempo

As narrativas que os activistas nos transmitiram relativamente à sua situação actual sublinham o forte investimento de tempo que é exigido para manter a regularidade da colaboração em adultos. Enquanto se encontram numa idade jovem, ninguém alude a dificuldades intransponíveis para conciliar a vida pessoal e familiar com o activismo cívico, ou se arrepende do tempo que não se tem para actividades de lazer fora do espaço associativo. Tal acontece, nomeadamente, pelo facto das actividades associativas se entrelaçarem com as sociabilidades juvenis e se cruzarem com eventos lúdicos da iniciativa dos próprios, sugerindo uma convergência entre espaços associativos e espaços ou momentos de fruição e diversão. De igual modo, contribuiu positivamente para essa disponibilidade o facto dos primeiros contactos com o associativismo terem ocorrido em idade bastante jovem e em situação de frequência de escolaridade, na quase totalidade dos casos.

No entanto, a disponibilidade de tempo reduz-se à medida que entram na idade adulta e que assumem as responsabilidades intrínsecas a esse novo ciclo das suas vidas,

em particular a necessidade de assegurarem a subsistência económica mediante um trabalho remunerado. Em várias situações, a dificuldade em dar a atenção desejada ao projecto associativo, pelo facto da actividade profissional ter reduzido a disponibilidade inicial, vem acompanhada de sentimentos de frustração. É esta razão, associada à vontade de não desistir, que influencia a procura de soluções para que a participação associativa se profissionalize, de modo a permitir a dedicação a tempo inteiro. Nas situações em que não há coincidência entre participação associativa e actividade profissional, o compromisso cívico dos e das jovens não é quebrado, mas a colaboração faz-se à medida e ao ritmo das suas possibilidades. Daqui resultam efeitos para a própria estrutura onde se participa, pois a participação irregular e não profissionalizada condiciona a natureza e a dimensão das actividades que a associação se pode permitir desenvolver.

Na verdade, as solicitações da vida quotidiana são apontadas como responsáveis pela reduzida disponibilidade de tempo para o envolvimento cívico e, em consequência, podem ser entendidas como obstáculos ao voluntariado (Almeida, Ferrão e Delicado, 2002: 224). Nas trajetórias analisadas, verificou-se que o efeito negativo que decorre da menor disponibilidade de tempo em adultos é compensado por características pessoais como a perseverança e por uma elevada motivação nos projectos associativos, que apresentamos adiante. É ainda de sublinhar que o contacto precoce com experiências associativas ou cívicas também pode funcionar como estímulo para manter alguma forma de colaboração em idade adulta, compensando a redução da disponibilidade de tempo que acompanha o ciclo de vida.

Se a disponibilidade de tempo é um factor decisivo e sempre presente, torna-se claro que existe uma relação entre a posse de recursos como tempo e dinheiro.

Recursos financeiros

No que concerne à importância dos recursos financeiros, as narrativas deixam claro que a disponibilidade financeira facilita e agiliza o processo de concretizar, na prática, a ideia de constituir uma associação. Todavia, observámos que no caso dos jovens que começaram a colaborar em actividades de associações do seu bairro, essa colaboração não lhes exigia qualquer encargo financeiro. Em idêntica perspectiva, os que tiveram a iniciativa de organizar actividades sublinharam que a ausência de dinheiro não comprometia a realização das mesmas, sendo o raciocínio feito no sentido inverso: organizavam-se actividades de modo a serem auto-sustentadas e que possibilitassem auferir ganhos, que permitissem prosseguir com outros eventos, ou actividades ajustadas “ao pé de meia” de cada grupo.

Por estas razões, entende-se que os recursos financeiros não constituem um factor com muito peso no impulso do activismo, mas assumem grande relevância na sua continuidade em idade adulta. As possibilidades que se têm aberto ao nível da criação de emprego por parte das associações constituem uma variável determinante neste processo, pois tornam compatível a intervenção cívica com o assegurar das necessidades de subsistência pessoal, articulando o interesse individual com o interesse colectivo. Destaca-se que metade dos jovens beneficiou de uma oportunidade de recrutamento como profissional, ultrapassando a situação de voluntariado.

Um estudo sobre mediação social converge com esta análise ao identificar duas razões principais para a desistência dos mediadores: a instabilidade financeira inerente aos processos de contratação e que decorre da reduzida disponibilidade de vagas; a dificuldade em prosseguir o voluntariado pelo facto dos jovens mediadores terem de assumir uma profissão remunerada, como meio essencial de subsistência (Fernandes, 2006: 80).

A análise do papel de recursos como o tempo e o dinheiro no envolvimento associativo dos descendentes faz, portanto, realçar que sem a existência de condições materiais – concretamente o acesso a uma profissão no quadro institucional do associativismo – o seu activismo correria o risco de cessar no momento da passagem para a idade adulta, com o fim da vida de estudante e o assumir das obrigações inerentes à maturidade. Tal vem chamar a atenção para a interferência de factores estruturais no processo de participação cívica, em particular para o facto das condições do meio social e político poderem funcionar como incentivo ou como obstáculo. Neste caso, sobressai como factor facilitador a existência de programas de apoio ao associativismo, ao criarem condições de profissionalização do trabalho que resulta em mais-valias para os activistas, para as organizações e para a intervenção social e cívica que estas desenvolvem.

Escolaridade

Um aspecto que emerge como significativo nas biografias dos e das descendentes é o nível de escolaridade. Aquando do contacto inicial com o associativismo formal, ou no momento em que tomam a iniciativa de desenvolver actividades informais, nove dos dez jovens frequentavam a escola e uma delas encontrou no espaço associativo a oportunidade para concluir a escolaridade obrigatória. Um dado que sobressai do trajecto escolar é que, à excepção desta jovem, todos prosseguem os estudos até ao 12º ano, tendo na maioria dos casos acabado por concluir uma licenciatura.

Como exemplos que corroboram este padrão, refira-se a investigação sobre o contexto português: um estudo sobre voluntariado registou um elevado nível de escolaridade para a média dos voluntários inquiridos (Almeida, Ferrão e Delicado, 2003: 174); uma pesquisa sobre participação política e partidária das mulheres demonstrou que esta é influenciada pelo nível de instrução (Martins e Teixeira, 2005: 35).

Porém, não se pode afirmar que exista uma relação directa entre a participação dos descendentes activistas e o estatuto socioeconómico das suas famílias, uma vez que a maioria tem em comum o facto de ambos os progenitores possuírem habilitações literárias ao nível da escolaridade básica, exercendo profissões correspondentes, ou seja, pouco qualificadas. O bom nível de escolaridade em jovens cuja socialização está, na sua maioria, enquadrada pela residência em bairros sociais ou de construção habitacional precária e com infra-estruturas deficitárias, constitui, assim, um indicador da valorização de frequentar a escola por parte de agregados familiares com baixas condições socioeconómicas.

As experiências dos e das descendentes realçam os efeitos positivos exercidos pela escolaridade no activismo cívico. A frequência da escolaridade após o nível obrigatório

surte vários efeitos combinados entre si: disponibilidade de tempo para actividades de lazer; incentivo para aderir a actividades educativas ou formativas, oferecidas por associações que intervêm nos bairros de residência; aquisição de competências úteis para a interacção social e a participação cívica, concretamente as habilidades para comunicar em termos de escrita e de oralidade assinaladas por Verba e co-autores (1995), bem como acesso a informação, que se revela um elemento importante no processo de participação política juvenil (Cruz, 1985); adiamento da conjugalidade e maior maturidade para construir a vida familiar e perspectivar a experiência da maternidade/paternidade.

Por estas razões, a escolaridade assume-se como um catalisador muito significativo de trajectórias cívicas.

Estatuto de cidadania

O estatuto jurídico dos descendentes activistas é o de cidadania portuguesa em nove das situações: na sua maioria são jovens que nasceram em Portugal na década de 1970 ou antes de 1981, momentos em que o direito de solo era preponderante na lei da nacionalidade; os que vieram para o país em criança adquiriram a nacionalidade portuguesa por via de um ou ambos os progenitores. Na única situação em que se verifica a posse de nacionalidade estrangeira, esta não é avaliada como um entrave ao percurso em Portugal.

Observa-se que os processos que deram corpo às trajectórias associativas não apontam para um papel decisivo do elemento nacionalidade como facilitador da participação, conforme concluiu Gropas (2008) num estudo sobre participação cívica de imigrantes de primeira geração na União Europeia. Tal pode justificar-se por terem nacionalidade portuguesa, na sua maioria, mas também pelo facto das experiências no associativismo ou em actividades cívicas terem surgido em idades muito jovens e estarem enquadradas pelo contexto escolar ou pelo espaço do bairro de residência, não sendo o estatuto de cidadão nacional requisito para participar nem para aderir a associações.

Todavia, a nacionalidade portuguesa pode desempenhar um papel de reforço do empenho em actividades cívicas, favorecendo a sua continuidade até à idade adulta, exactamente por garantir o exercício de direitos políticos na sua totalidade e, não menos importante, ao incentivar o desejo de trabalhar no alargamento desses direitos a outros jovens que, nascidos no mesmo país, não gozam da cidadania plena, sendo mais vulneráveis à discriminação.

Redes sociais

Relativamente ao papel exercido pelas redes sociais, evidencia-se nos percursos dos descendentes a influência de redes que afectam a situação individual de forma mais directa e sem intermediação de outras redes – como as familiares, de amizade ou de vizinhança – e as redes de natureza mais estrutural que resultam das circunstâncias sociais estruturais do meio social onde se desenrolam as diferentes etapas de socialização dos jovens.

Verba *et al.* (1995: 271-272) fazem notar que o papel que as redes podem exercer no envolvimento cívico dos indivíduos é condicionado pelas oportunidades que estas oferecem na aquisição de competências adequadas e necessárias à participação e, também, nas escolhas que os indivíduos fazem nessas circunstâncias, as quais dependem da motivação ou predisposição para participar. Daqui resulta que o factor significativo na catalisação do activismo cívico não é tanto a inserção em redes mas o que se passa “dentro” das mesmas, quer seja a experiência vivida numa associação cultural, numa instituição religiosa, no emprego que se exerce, ou na escola que se frequenta.

A nossa pesquisa concluiu que as actividades em que se desenrola a participação dos e das descendentes nas associações ou noutros espaços lhes permitiram adquirir competências organizativas e conduziram a uma progressiva responsabilização do seu papel, ilustrada pela assunção de cargos de direcção em idades bastante jovens. Estes aspectos levam-nos a atribuir peso significativo às redes de socialização secundária a que os jovens tiveram acesso: a frequência da escola abriu caminho a experiências associativas de cariz informal, através das quais desenvolveram capacidades de comunicação e de organização (que constituem aspectos importantes para o activismo cívico); as dinâmicas de acção colectiva operadas no bairro permitiram-lhes beneficiar de actividades de natureza educativa, recreativa ou cultural, que incentivaram o aprofundamento da participação e, conseqüentemente, a aquisição de competências sociais e conhecimentos úteis ao trabalho nessas instituições.

Observa-se, deste modo, a influência de factores estruturais nas trajectórias associativas analisadas. Por um lado, por via da experiência da escolaridade e dos efeitos associados que ela produz, conforme exposto atrás. Por outro, pelas dinâmicas associativas nos bairros de residência dos jovens. É importante voltar a referir que o apoio institucional (nacional ou internacional) às organizações a operar no terreno, ao permitir a integração profissional em algumas situações, contribui para o reforço da intervenção social e cívica destas organizações e constitui um efeito indirecto positivo da valorização do papel da sociedade civil e da abertura de canais oficiais de participação no quadro das políticas de apoio ao associativismo.

Centrando agora a atenção no papel das redes familiares enquanto factores facilitadores da participação, os jovens não beneficiaram da transmissão de experiências de activismo cívico por parte dos progenitores ou familiares próximos (com excepção de uma jovem). No entanto, a família constituiu uma fonte de apoio em todas as situações, aceitando o investimento de tempo em actividades extra-escolares, valorizando as actividades nas quais os filhos ou filhas se envolviam, exercendo um estímulo e envolvendo-se, nalguns casos, na colaboração activa na realização de iniciativas.

Por fim, refira-se que a inserção em redes facilitadoras do activismo cívico pode ter um efeito multiplicador, pois a adesão a algumas actividades suscita a participação noutras. O desenrolar das trajectórias dos e das descendentes é marcado por uma sucessão de etapas que vão surgindo de forma não planeada, à medida que vão assumindo novas funções e os papéis se vão diversificando, associados à aquisição progressiva de responsabilidades nas organizações. Todavia, este processo dinâmico não

se explica apenas pelo facto das redes lhes concederem oportunidades de se envolverem civicamente, pois se não demonstrassem qualidades necessárias ao activismo nem competências úteis e adequadas às organizações não ocorreriam novos convites nem surgiriam propostas de recrutamento. Assim, se as redes onde os indivíduos estão inseridos devem ser entendidas como recursos sociais que cada um utiliza ou que é capaz de mobilizar (ou não), é necessário verificar se a capacidade de mobilização desses recursos pode ser influenciada por características pessoais.

Características pessoais

A análise das histórias de vida conduziu à identificação de atributos individuais que, no nosso entender, funcionam como alicerces da capacidade de mobilizar os recursos por parte dos jovens, recursos esses indispensáveis ao desencadear e aprofundamento das experiências de participação cívica: capacidade de iniciativa; maturidade e convicção para traçar objectivos; auto-confiança e segurança para tomar decisões; dedicação e empenho face aos compromissos; perseverança e força de carácter perante as dificuldades; consciência da necessidade de esforço pessoal para usufruir de resultados desejados; responsabilização pelos compromissos a cumprir.

Interessa notar que a maior parte destes traços estão associados à inteligência emocional (Goleman, 1997) e cada um deles, por si, pode ser um indicador do que na Psicologia Social se designa por locus de *controlo interno*, isto é, a crença ou convicção que a acção individual produz efeitos e que o indivíduo é responsável pelas suas acções (Rotter *cit. in* Neto, 1998: 243-244). A sensação de controlo sobre a vida, aliás, tem sido identificada como uma condição propiciadora da participação (Inglehart, Kellerhals *cit. in* Delicado, 2003: 237).

Estes atributos pessoais nem sempre são expressos pelos activistas, estando latentes no conteúdo dos seus relatos. Entende-se que devem ser interpretados como significativos porque, na verdade, sem capacidade de congregar terceiros para a concretização de um projecto, que até pode nascer como projecto individual, não seria possível manter uma associação em actividade, nem desenvolver de forma tão continuada no tempo iniciativas informais que colhem o interesse e a adesão de um público muito mais vasto do que o grupo de indivíduos envolvido na operacionalização das mesmas.

Cruzando a análise das características pessoais com a das razões e motivações subjacentes ao activismo dos e das descendentes, torna-se perceptível a existência de traços de personalidade relacionados com um carácter extrovertido e sociável, designadamente: a curiosidade em aprender e em conhecer actividades e pessoas diferentes; o gosto de conviver; o interesse em actividades de grupo, que implicam um espírito de partilha; enfim, a disponibilidade em relacionar-se socialmente. Estes aspectos estão associados à valorização da interacção social e da sociabilidade em redes extra-familiares.

Os traços individuais espelhados nas personalidades destes jovens funcionaram como catalisadores das trajectórias associativas, mas o efeito destas características pessoais no envolvimento cívico tem de ser ainda analisado na sua relação com a convicção

que sentem pelo contributo positivo do trabalho que desenvolvem, ou seja, tem de se integrar na análise o factor motivação.

Motivação

As narrativas que os descendentes constroem sobre os seus percursos transmitem a convicção de que o trabalho cívico ou associativo que têm desenvolvido se reveste de funções significativas, desde logo e em primeiro lugar para si próprios, mas também para os grupos a quem se dirigem, ou para a sociedade no seu todo. Relatam o valor que o associativismo ou activismo cívico assume na vida pessoal, o que pode ser interpretado como elemento estruturante da identidade. Esta valorização, articulada com a crença no efeito positivo da acção individual e colectiva, justifica a opção de prosseguir um caminho que, sendo difícil, não se pondera abandonar, pelo menos num futuro próximo.

Conforme sublinha Braga da Cruz (1990: 237), indagar sobre a motivação subjacente à acção política exige considerar os valores aí expressos, pois a mobilização política, independentemente das formas que possa assumir “faz-se sempre em torno de valores”. Ora, de entre as razões e motivações que conduziram ao início e à continuidade do activismo, observa-se que existe uma articulação entre motivos mais “egoístas” pela procura em satisfazer necessidades individuais – que podem passar pelo acesso a actividades lúdicas, culturais ou formativas, ou mesmo um emprego – e motivos mais “altruístas”, traduzidos na preocupação em resolver problemas que afectam o meio social onde os jovens se inserem. Na motivação para o activismo pode coincidir a satisfação de uma necessidade individual, ao mesmo tempo que se desenvolve uma acção destinada ao bem-estar de outros.

Numa outra perspectiva, o activismo pode estar também associado a temas ou causas que interpelam os indivíduos a participar nessa área específica, assumindo-se assim como factores que reforçam a motivação em exercer um papel interventivo na esfera pública. Verba e co-autores designam estes temas como *issue engagements* (temas de envolvimento cívico), definindo-os como compromissos políticos que estimulam a participação e que podem emergir do interesse do indivíduo em determinados assuntos ou do facto do próprio activista ser um potencial beneficiário de uma dada acção ou política estatal (Verba *et al.*, 1995: 391-415).

Partindo das razões e motivações apresentadas como justificativas da continuidade do activismo dos descendentes é possível identificar alguns temas de envolvimento cívico relevantes. Os motivos que sobressaem relacionam-se com a melhoria das condições dos bairros onde residem e com a procura de resolução de problemas que afectam os jovens de origem africana. Sendo os descendentes activistas beneficiários da intervenção, as acções que realizam também produzem efeitos positivos mais alargados, atingindo a população residente num dado bairro, em geral, ou outros descendentes, em particular. Assim, conclui-se que as escolhas que justificam a decisão de participar na vida cívica se apoiam numa avaliação simultaneamente racional e afectiva, reflectindo compensações materiais, sociais e cívicas e fazendo coincidir interesses individuais e interesses colectivos.

3. Associativismo e capital social

As trajectórias dos e das descendentes demonstram que o activismo cívico não decorre linearmente do acesso ou do contacto com redes associativas, nem é um efeito directo da inserção em redes de sociabilidade informais. Os resultados da pesquisa sublinham a multiplicidade de factores que, etapa a etapa, criam oportunidades para a aquisição de recursos inerentes às redes disponíveis no contexto social de origem dos jovens e para a mobilização gradual das mesmas no sentido de realizar objectivos definidos pelos próprios activistas. Neste sentido, as dinâmicas associativas e comunitárias dos bairros de residência, o espaço escolar e as relações sociais de proximidade podem constituir-se como fontes de capital social, conforme o conceito proposto por Putnam (1993).¹ Também segundo este autor, cada encontro ou contacto entretecido nas sociabilidades e formas de lazer do quotidiano constitui uma oportunidade para construir capital social (Putnam, 2000: 93)² o que converge com os percursos cívicos dos jovens na medida em que cada experiência se revelou importante para dar o passo seguinte, desde as primeiras actividades informalmente organizadas com amigos, até à liderança de estruturas associativas.

Nos percursos dos e das descendentes activistas observa-se que as redes associativas se assumem como *palcos de aprendizagem social* que possibilitam o acumular de conhecimentos e capacidades fundamentais ao exercício de uma cidadania activa. De modo complementar, as relações sociais de proximidade desempenharam um papel significativo no apoio e na sedimentação dos projectos que alguns jovens encetaram por iniciativa própria, num esforço de mobilização de “laços fortes” (Granovetter, 1973) em torno da concretização de interesses individuais mas ao mesmo tempo partilhados pelas redes de amizade ou de vizinhança. Também o espaço escolar abriu caminhos e incentivos ao activismo cívico, mediante o apoio de professores e a mobilização de redes de amizade, sendo de destacar que a escolaridade se revelou um factor-chave na aquisição de recursos essenciais à participação cívica (conforme descrito no ponto anterior).

Por outro lado, importa realçar outra faceta do papel do associativismo na aquisição de capital social. A análise das suas trajectórias permitiu observar que o modo como se desenvolveram as experiências nos espaços associativos (formais ou informais) conduziu à responsabilização e ao maior empenho cívico dos jovens, na medida em que proporcionaram a aquisição de saberes técnicos e de capacidades simbólicas e sociais que favorecem e estimulam a participação política e, paralelamente, incentavam trajectórias de cidadania activa. É por esta razão que sublinhamos que a *aprendizagem de um saber-fazer* relativo à participação na esfera pública constitui um factor relevante no processo de aquisição e reforço de capital social.

A análise das experiências no associativismo fez salientar que o espaço e o tempo que medeiam a intervenção cívica, bem como as vivências entre pares e entre activistas e públicos destinatários das acções, originam *processos de vinculação social*. A partilha de acontecimentos ou de afectos, ainda que isenta de reflexividade dos sujeitos envolvidos no imediato, cria condições para a construção de laços de confiança inter-

pessoal que, por sua vez, podem incentivar actos de ajuda ou solidariedade para com terceiros. A confiança ganha-se, como Putnam sublinha (cf. 1993, 2000), a partir de cada oportunidade de interacção com os outros. Seguindo um raciocínio semelhante, Sennet (2001: 37) salienta que a confiança pode nascer de experiências informais no local de trabalho mas leva tempo a desenvolver-se. Esta reflexão adequa-se ao contexto da intervenção associativa exactamente porque os desafios e problemas que os activistas enfrentam no quotidiano ajudam a construir vínculos com os outros e, por sua vez, permitem estabelecer laços de confiança interpessoal. A título de exemplo, atente-se nos relatos seguintes de alguns descendentes:

“É muito importante a escolha, seja quando tu fundas... Eu não fui fundadora mas acho que deve haver sempre esse cuidado, as pessoas com quem tu fundas uma associação, também os objectivos que tens e fazer com que sejam as próprias pessoas com quem trabalhas que te ajudem a criar, é fundamental.”

“[...] tem de ser uma pessoa que entenda mesmo o espírito da associação [...]. Uma pessoa que é da direcção e que está a trabalhar como coordenadora, ela própria tenta resolver problemas quando aparecem em vez de estar a colocar mais problemas.”

“Isto é um projecto de vida que eu não penso largar tão cedo, não é? Aqui a associação envolve muito as pessoas, há um envolvimento, com um objectivo, e tentamos sempre chegar lá.”

Nos relatos sobressai a importância de fazer parte de um grupo com quem se partilham “objectivos”, de trabalhar com quem tem “o espírito da associação”, o que pode fazer com que a associação seja “um projecto de vida”, factores que deixam transparecer uma articulação recíproca entre confiança, normas e valores subjacente às redes associativas. Tendo em conta que as actividades que os descendentes desenvolvem – tanto ao nível interno das associações como ao nível da intervenção externa – exigem reflectir e agir em conjunto, ou seja, negociar e cooperar com quem se partilha colectivamente o esforço de concretizar objectivos comuns ao grupo, concluímos que o espaço associativo e as dinâmicas aí criadas (i.e., o que se passa *dentro* das redes) criam oportunidades de aquisição de capital social nas suas múltiplas vertentes: fortalecimento de redes; construção de confiança; partilha de normas.

Encontra-se apoio para este raciocínio no modelo do círculo virtuoso da cidadania proposto por Putnam (1993) segundo o qual as redes produzem confiança, esta reflecte a aceitação de normas que se baseiam na defesa de valores comuns, sendo a interdependência destes elementos que conduz ao reforço cumulativo da cidadania, ou seja, ao círculo virtuoso.³ Por outro lado, o investimento dos jovens activistas na acção colectiva para atingir objectivos que individualmente seriam impossíveis de concretizar, vem também ao encontro da análise de Coleman (1990: 302) e do seu conceito de capital social enquanto bem produtivo mobilizado na relação entre actores sociais com vista a realização de objectivos por eles partilhados.

Em suma, há que realçar que do mesmo modo que a participação associativa evolui mediante o gradual envolvimento cívico e constitui *um projecto que se vai construindo*,

também a aquisição de capital social deve ser entendida como um processo que se vai desenrolando e tecendo nas dinâmicas e redes de sociabilidade dos contextos onde os e as descendentes activistas estão inseridos.

4. Associativismo e mobilidade social

A análise da génese e da evolução das trajectórias evidenciou que as experiências acumuladas ao longo da participação associativa abriram caminhos para os jovens acederem a realidades geográficas, sociais e culturais distintas dos contextos de origem. As dinâmicas associativas permitiram aceder a redes, as quais criaram oportunidades acrescidas de formação e aprendizagem e ofereceram modelos de conduta que valorizam a intervenção cívica. Refira-se que as actividades formativas e recreativas realizadas pelas associações integram frequentemente oportunidades de viagem, tanto no país como no estrangeiro, oferecendo oportunidades de sair dos limites físicos e simbólicos dos bairros de residência. Paralelamente, a própria natureza do trabalho associativo estimula o estabelecimento de interacções sociais alargadas e o contacto com organizações e instituições diversas. Ora, o facto de se tomar contacto com realidades e grupos que extravasam as relações sociais de proximidade contribui para a aquisição de um conjunto heterogéneo de aprendizagens e capacidades sociais, relacionais e simbólicas, de entre as quais se destaca a valorização da acção cívica pelo contacto com pessoas e organizações que se dedicam a este tipo de intervenção.

Estas razões levam-nos a considerar o associativismo como canal propício a trajectórias de mobilidade social, na medida em que o acesso a múltiplos círculos sociais vem enriquecer o capital de experiência e a socialização dos jovens. Este processo assume uma relevância muito significativa ao considerarmos os condicionalismos e vulnerabilidade dos contextos de socialização de partida dos jovens: bairros de habitação precária socialmente estigmatizados. Assim, face a meios estruturalmente descapitalizados, as aprendizagens resultantes das dinâmicas associativas fomentam um conhecimento mais alargado do mundo e a aquisição de expectativas e disposições heterogéneas face aos modelos dominantes do círculo social de origem, revelando-se como aprendizagens alternativas que contrariam a reprodução fatalista das limitações destes espaços.

A nossa análise coincide com a reflexão avançada por Queiroz e Gros (2002) no que respeita ao processo de reprodução das condições de exclusão de jovens residentes em bairros de habitação social. As autoras alertam para a importância da “fruição de bens culturais e de sociabilidades que potenciem a descoberta do seu próprio valor e o desenvolvimento de solidariedades activas” (2002: 193-194) como factores que estimulam reacções construtivas, não conformadas nem resignadas com as desigualdades e injustiças que marcam os contextos sociais de origem.

De modo complementar, a pesquisa realça que a formação proporcionada pelos contextos de interacção inerentes à intervenção associativa e pelos saberes que se acumulam pela prática no terreno se interligam com a qualificação adquirida por via de

instituições formais, como a escola e a universidade. Assim como sublinhámos na análise dos factores facilitadores da participação associativa, a escolaridade constitui um recurso decisivo que facilita o envolvimento cívico e a assunção de cargos de liderança nas associações, funcionando como factor de estímulo e de sustentação das trajectórias. A importância da escolaridade reflecte-se também nos percursos de transição para a vida adulta pois proporciona melhores qualificações para a inserção profissional, conforme tem confirmado a investigação sobre o contexto português (cf. Estanque e Mendes, 1998). Assim, a formação adquirida em contextos distintos – formais e não formais – reforça-se reciprocamente no sentido de enriquecer o capital de competências e qualificações dos descendentes activistas.

Por conseguinte, defendemos que o capital cultural e o capital social acumulados pela experiência do associativismo e da intervenção cívica constituem recursos que facilitam o acesso a oportunidades profissionais que, por sua vez, podem influenciar positivamente a caminhada em sentido ascendente. Se neste processo sobressai o papel da escolaridade, pois é também este recurso que exerce um efeito catalisador nas trajectórias cívicas, importa não esquecer que o impacto da escolaridade é condicionado pelo papel desempenhado por outros recursos (o tempo, por exemplo), bem como pelas características pessoais, motivações e condições estruturais, numa dinâmica de influências convergentes. Todavia, há que ter em atenção que, dada a complexidade de factores envolvidos nos processos de mudança e mobilidade social, os dados que colhemos empiricamente e que sustentam a argumentação aqui desenvolvida traduzem uma abordagem exploratória ao tema, que carece de pesquisa complementar a desenvolver no futuro.

Conclusão: a participação associativa como socialização para a cidadania

A análise das trajectórias coloca em destaque que a participação associativa é um processo dinâmico e exigente, que implica a convergência entre a posse de recursos e a vontade de intervir na esfera pública. Se os recursos estão relacionados com a capacidade de envolvimento em actividades cívicas, são as características pessoais e a sua combinação com as motivações expressas que permitem mobilizá-los a favor do activismo e do associativismo, dando lugar a uma participação com regularidade e continuidade.

O activismo revela-se, então, como um *projecto que acompanha o curso de vida*. Recorrendo à imagem de uma meada cujos fios não se podem dissociar, sustenta-se que as trajectórias associativas analisadas se alicerçam numa conciliação indissociável entre *capacidade e vontade*: a posse de determinados recursos capacita os jovens para participar; a vontade que emana das características e motivações pessoais conduz à mobilização dos recursos disponíveis para desenvolver actividades cívicas, ao invés de um investimento em actividades de outra natureza. Paralelamente, as dinâmicas associativas e comunitárias em curso nos bairros e o acesso a programas de apoio ao associativismo – por via do reconhecimento legal e institucional das associações de imigrantes e descendentes como actores sociais e políticos – criaram oportunidades de inserção profissional. Da convergência entre estes factores resulta

a sustentabilidade e a continuidade dos percursos de participação cívica. A interação entre elementos que se reforçam reciprocamente conduz, assim, ao que designamos por *sistema de catalisação da participação associativa*.

De modo complementar, constata-se que o associativismo constitui uma fonte significativa de capital social pelo facto das trajectórias terem beneficiado da mobilização de diferentes tipos de redes – associativas, familiares e relações sociais de proximidade – que favoreceram e potenciaram a acumulação deste capital. O acesso a redes sociais pode, por outro lado, impulsionar trajectórias de mobilidade ascendente, verificando-se que a escolaridade assume um papel relevante nesse processo, uma vez que é também um recurso decisivo enquanto catalisador da participação cívica.

O conjunto dos resultados da investigação leva-nos a defender, por fim, que a participação associativa dos e das descendentes activistas constitui um processo de socialização para a cidadania, que reflecte o compromisso e o investimento pessoal no exercício de uma cidadania activa e na construção de projectos cívicos na sociedade portuguesa. Em jeito de conclusão, apresentamos dois relatos que sintetizam e ilustram a análise aqui desenvolvida:

“Das minhas vivências na associação, o mais significativo acho que é perceber que depois de tanto trabalho e de muitas situações de desânimo as coisas continuam a avançar e que se consegue ainda fazer coisas pelas pessoas cá do bairro, mostrar que há coisas boas no bairro, que há pessoas de valor... que é importante apostar nas pessoas e que as pessoas não são esquecidas!”

“A grande vantagem de se participar em associações e em trabalho voluntário é o espírito da democracia... Tu ali queres uma coisa e tens de defender a tua posição, tens de lutar por aquilo em que acreditas e continuar a trabalhar mesmo quando todas as portas se fecham, e continuam a fechar! [...] O que nós aprendemos é a persistência e é a perseverança e é a ambição de achar que continuando a trabalhar conseguimos fazer uma coisa melhor.”

Notas

¹ “Social capital here refers to features of social organization, such as trust, norms, and networks, that can improve the efficiency of society by facilitating coordinated actions [...]” (Putnam, 1993: 167).

² “Like pennies dropped in a cookie jar, each of these encounters is a tiny investment in social capital [...]” (Putnam, 2000: 93).

³ “Stocks of social capital, such as trust, norms, and networks, tend to be self-reinforcing and cumulative. Virtuous circles result in social equilibria with high levels of cooperation, trust, reciprocity, civic engagement, and collective well-being. These traits define the civic community. Conversely, the absence of these traits in the *uncivic* community is also self-reinforcing [...]” (Putnam, 1993: 177).

Referências Bibliográficas

- Almeida, A. N., Ferrão J. e Delicado, A. (2002), *Caracterização do voluntariado em Portugal*, Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado.
- Coleman, J. S. (1990), *Foundations of social theory*, Cambridge: Harvard University Press.
- Cruz, M. B. (1985), "A participação política da juventude em Portugal", *Análise Social*, vol. XXI, n.º87-88-89, pp. 1067-1088.
- Cruz, M. B. (1990), "A participação política da juventude em Portugal – as élites políticas juvenis", *Análise Social*, vol.XXV, n.º105-106, pp. 223-249.
- Delicado, A. (2003), "A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo", in Vala, J., Cabral, M. V. e Ramos, A. (orgs.), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 199-256.
- Estanque, E. e Mendes, J. M. (1998), *Classes e desigualdades sociais em Portugal: um estudo comparativo*, Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, E. P. (2006), *Mediação: seu impacto nos jovens mediadores interculturais (um estudo de caso)*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Lisboa: Universidade Aberta.
- Goleman, D. (1997), *Inteligência emocional*, Lisboa: Temas e Debates.
- Granovetter, M. S. (1973), "The strength of weak ties", *American Journal of Sociology*, vol.78, n.º6, pp. 1360-1380.
- Gropas, R. (2008), "Is naturalisation a factor in immigrant activism?", in Vogel, D. (org.), *Highly active immigrants. A resource for European civil societies*, Frankfurt am Main: Peter Lang, pp. 145-160.
- Martins, M. M. e Teixeira, C. P. (2005), *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Neto, F. (1998), *Psicologia Social*, vol. I, Lisboa: Universidade Aberta.
- Putnam, R. D. (1993), *Making democracy work. Civic traditions in modern Italy*, Princeton: Princeton University Press.
- Putnam, R. D. (2000), *Bowling alone. The collapse and revival of American community*, Nova Iorque/Londres: Simon and Schuster.
- Queiroz, M. C. e Gros, M. C. (2002), *Ser jovem num bairro de habitação social*, Porto: Campo das Letras.
- Sennet, R. (2001), *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa: Terramar.
- Triandafyllidou, A. e Vogel, D. (2005), "Civic activation of immigrants. An introduction to conceptual and theoretical issues", *POLITIS-Working paper* No. 1/2005, Oldenburg: University of Oldenburg. (Disponível em http://www.uni-oldenburg.de/politis-europe/download/WP1_POLITIS_VogelTriandafyllidou_2005.pdf - data de consulta: 05/03/06)
- Verba, S., Schlozman, K. L. e Brady, H. E. (1995), *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*, Cambridge/Londres: Harvard University Press.